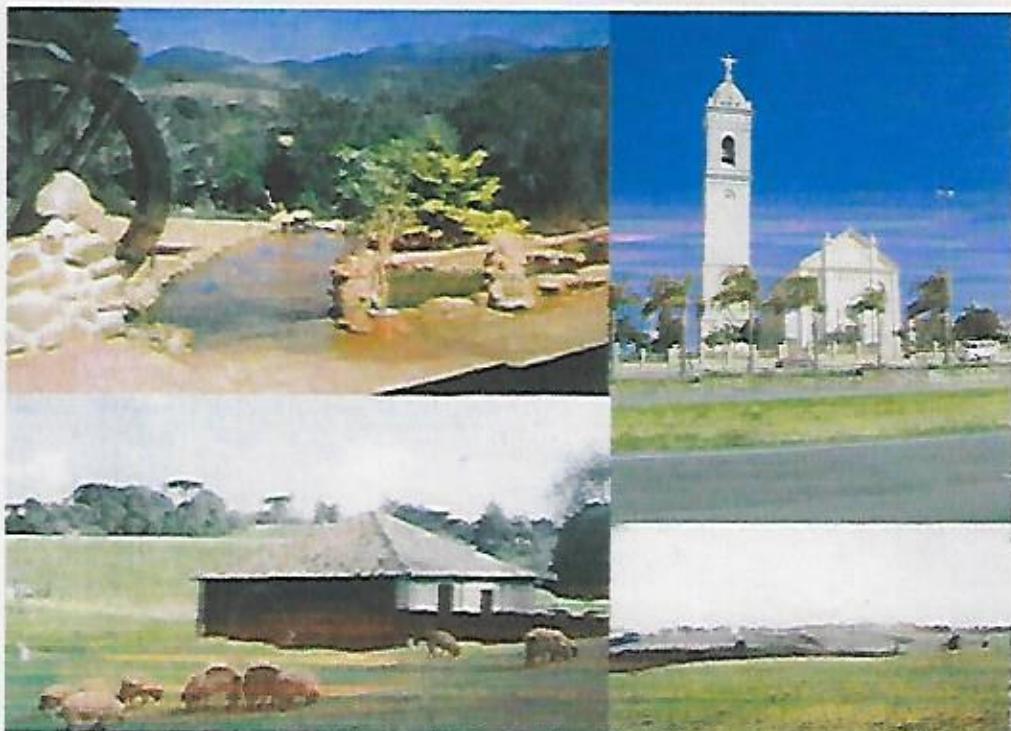


Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Campo Largo – Paraná



Volume 2

MACROZONEAMENTO

Prefeitura Municipal de Campo Largo

JULHO / 2004

**PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
INTEGRADO DE CAMPO LARGO**

VOLUME 2

MACROZONEAMENTO

COLABORADORES TECNÓLOGICOS DA FUNPAR

Glycine Seguro

Assessoria Geral de Tecnologia

Cláudia Baccani Wirthwein

Secretaria Municipal de Administração

Clarissa Taddei Freitas e Sergio Ichimici

Secretaria Municipal de Saúde e Ciência e Tecnologia

Lívia Portugal Viana, Fabiane

Góis e Ana Paula Mendes

Hortolândia, Karoline Sálim

Sedac/UFSCar (Instituto Federal de São Paulo)

José Carlos Bernich

Prefeitura Municipal de Criciúma

Kelly Perdigão Margato

Secretaria Municipal de Educação

Laís da Costa Carvalho

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Leônio José Salino

Secretaria de Desenvolvimento Administrativo

Marcos Ribeiro Alves da Motta

Secretaria Municipal de Proteção Civil

Antônio Carlos Luciano

Secretaria de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

Affonso Portugal Guimarães
Prefeito Municipal

Valderez Parolin Teixeira
Vice-Prefeito

CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO

Silvio Seguro

Advocacia Geral do Município

Clecio Baroni Winheski

Secretaria Municipal de Administração

Evaldo Tadeu Rocha e Sergio Schimidt

Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social

Lino Petry e Juarez Buture

Câmara de Vereadores

Heloísa Karine Eidam

MEACAM (Movimento Ecológico Amigos do Cambuí)

Joel Carlos Sarnick

Fundação Angelo Cretã

Luiz Fernando Vargas

Secretaria Municipal de Governo

Luimir José Cequinel

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento

Dalton José Sávio

Secretaria de Agricultura e Abastecimento

Margareth Aparecida Netzel

Secretaria Municipal da Promoção Social

Antonio Carlos Luciano

Secretaria de Educação e Cultura

Marcio Angelo Beraldo

Secretaria Municipal da Justiça e Cidadania

Juciani M Brolhani

PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense)

Luis Carlos Reis

Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo

Matheus Pereira Ramos

EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural)

Dirlei Edson dos Reis

Conselho Municipal de Meio Ambiente

Jorge Stocchero

Associação Evangélica de Campo Largo

Márcio da Silveira

Banco do Brasil

Marco Aurélio Stroppa

ACICLA (Associação Comercial e Industrial de Campo Largo)

João Gilberto Pereira de Andrade

Caixa Econômica Federal

Juarez Xavier Kuster

OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)

Sérgio Luiz Cequinel Filho

COCEL (Companhia Campolarguense de Energia)

Eloize Motter Rodrigues

SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná)

Mario Boaron

Paróquia N.S. da Piedade

Luiz Antônio Chagas

Fundação João XXIII

Adalberto Sampaio

Associação de Moradores

Clair Jesus Coelho de Souza

CRECI Campo Largo

Aroldo Wöhl

Jornal O Metropolitano

Germano José de Oliveira

Jornal Folha de Campo Largo

EQUIPE TÉCNICA DA PREFEITURA

Edson Leucz

Secretário de Infra Estrutura
Diretor Superintendente COMLAR

Daily Reinke

Arquiteto

Carlos Groth

Engenheiro Civil

Gustavo Luiz Pamplona

Arquiteto

Evelise Bianco Surgik

Engenheira Civil

Erenice A. Sant'Ana

Oficial Administrativo

Renê Miranda

Topógrafo

EQUIPE TÉCNICA DA FUNPAR

Eduardo Ratton
Engº Civil, M.Sc., Dr.
CREA 7657-PR
Coordenador Geral

Eli Loyola Borges Fo
Arquiteto
CREA 3306-PR

Hélio Sponholz Araújo
Engº Civil
CREA 10.790-PR

Constança Lacerda Camargo
Arquiteta & Urbanista
CREA 61.904-PR

Antônio Fialho Sobanski
Geólogo
CREA 72.744-RS

Sony Cortese Caneparo
Geógrafa, M.Sc, Dr.
CREA 7.108-PR

Marco Aurélio Ratton
Economista
CORECON 4.308-7 PR

João Afonso Nolf Damiani
Engº Civil
CREA 10.095-PR

Carlos Aurélio Nadal
Engº Civil, M.Sc., Dr.
CREA 7657-PR

Hélio Hoffmann Coutinho
Engº Químico. Esp
CREA 9a R 09301035

Vivian Ludwig
Enga Florestal
CREA 68.419-PR

Walter Gustavo Linzmayer
Arquiteto e Urbanista
CREA 73.015-PR

Cristiane Maria Barcik
Arquiteta
CREARJ-11883/D

Sofia Correia
Engenheira Civil
Intercâmbio Universidade Técnica de Lisboa
Lisboa – Portugal

Stela Maschio
Estagiária de Engenharia Florestal
5º Ano/UFPR

Andressa Tatiana Bronholo
Estagiária de Arquitetura
2º Ano/UNICENP

Cauê Borges Gomes
Estagiário de Estatística

Luiza de Faria Padilha
Estagiária de Turismo
5º Período/UFPR

Stela Maschio
Estagiária de Engenharia Florestal
5º Ano/UFPR

Cecília Canfield Bogo
Estagiária de Arquitetura
3º Ano/UFPR

Mariana Pimentel de Lara Grocoski
Estagiária de Arquitetura
3º Ano/UFPR

Luiz Fernando Mora
Estagiário de Arquitetura
4º Ano/UTP

Silvia Manoela Schwarz
Estagiária de Arquitetura
3º Ano/UFPR

SUMÁRIO

- INTRODUÇÃO
- DIRETRIZES DA ZONALIZAÇÃO
- ÁREAS URBANAS E RURAIS
- ÁREA NÃO URBANIZADA
- CONCLUSÕES

SUMÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 9 |
| 2. O MACROZONEAMENTO..... | 12 |
| 2.1 ÁREAS URBANIZÁVEIS..... | 14 |
| 2.2 ÁREAS NÃO URBANIZÁVEIS..... | 20 |
| 2.3 CONCLUSÕES..... | 23 |

1. INTRODUÇÃO

Introdução

O Macrozoneamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado é uma ferramenta de planejamento urbano que visa estruturar o território e direcionar o uso da terra, visando a sustentabilidade ambiental, social e econômica, com base no princípio da conservação e uso racional dos recursos naturais e culturais.

O Macrozoneamento permitirá a formulação de diretrizes para o uso da terra, a definição de limites e diretrizes para a urbanização, integração entre os setores produtivos e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio da criação de condições para o desenvolvimento sustentável.

O Macrozoneamento é resultado da articulação entre os setores produtivos, a economia local, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. A sua elaboração considera a realidade socioeconômica, a cultura, as tecnologias da informação, gênero, os ecossistemas ricos da região e a diversidade cultural, complementando as propostas de uso da terra elaboradas no Plano Diretor, com os critérios de sustentabilidade socioambiental.

Este documento é resultado do trabalho em conjunto entre a Prefeitura Municipal de Campo Largo e a Fundação para Desenvolvimento Sustentável (Funpar).

Este é o resultado do trabalho de planejamento integrado entre o Poder Executivo e a sociedade civil organizada, através da criação de Comitês de participação popular, que articularam os interesses e demandas da comunidade.

Este documento é resultado da articulação entre os setores produtivos, a economia local, a sustentabilidade ambiental e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

1. INTRODUÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Este volume apresenta os principais aspectos identificados na elaboração do macrozoneamento do território municipal. Este mencionado macrozoneamento estabelece um referencial espacial para o uso e a ocupação do solo, em concordância com as estratégias da política urbana. Devem ser distinguidas as zonas rurais e urbanas, sendo que é nesta ultima que são aplicadas as legislações que organizam a política do desenvolvimento urbano.

Portanto, a definição dos perímetros urbanos futuros é uma estratégia para condicionar os usos futuros, valorizando as potencialidades físico-naturais e identificando, igualmente, as restrições de ocupação e urbanização. Assim, em cada área será incentiva, restringida ou coibida a ocupação futura.

Diversas metodologias de classificação destas áreas podem ser aplicadas, entre elas, a disponibilidade e a existência dos sistemas de infra-estrutura (viária, de saneamento, de drenagem,...), ou as condições morfológicas, ou da proximidade de áreas já ocupadas, da facilidade de acesso, enfim, o estabelecimento de um conjunto de critérios que, aplicados complementarmente nos possibilitam criar um mosaico urbano de áreas homogêneas, que em função de suas características terão uma destinação específica.

O ideal é que o macrozoneamento produza um conjunto claro e de fácil leitura das regras fundamentais que orientarão o desenvolvimento da cidade.

Para que o produto pretendido atenda à finalidade preconizada, devem ser conhecidos, previamente, através da etapa de Diagnóstico, os seguintes elementos fundamentais:

- Informações geomorfológicas, geológicas e hídricas;
- Dados relativos aos ecossistemas que indicarão as áreas de vegetação e fauna que deverão ser preservadas, ou em que a ocupação deva ser monitorada e restrita;

- Diagnóstico de todos os sistemas de infra-estrutura de serviços (energia e iluminação pública, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, distribuição de gás, telemática, drenagem, telecomunicações,...);
- Característica das ocupações já sedimentadas, com claro entendimento de sua densidade ocupacional, evolução, padrões construtivos, usos, assentamentos irregulares, equipamentos públicos existentes, enfim, todas as informações necessárias para se conceber um “retrato” da realidade atual, de suas potencialidades, deficiências e conflitos.

Concluindo esta introdução explicativa, a partir dos resultados desta fase é que serão definidas as propostas de Zoneamento e Uso e Ocupação do Solo, de definição dos perímetros urbanos, da estruturação do sistema viário e dos aspectos legislativos que deverão ser implementados para que o planejamento estabelecido seja seguido e o resultado da implementação do Plano Diretor propicie a ordenação territorial que melhor propicie uma melhor qualidade de vida para a população.

2. O MACROZONEAMENTO

O macrozoneamento é o resultado da combinação entre os critérios de planejamento urbano e ambiental com a realidade socioeconômica, resultando assim em uma estruturação territorial que visa a integração das demandas sociais e ambientais no território.

As unidades territoriais utilizadas para planejamento, neste caso vale lembrar da divisão entre bairros e distritos, servem como referência para a realização do macrozoneamento, que é dividido em quatro tipos de estruturas territoriais.

As estruturas territoriais são divididas em unidade de planejamento político-administrativo, que é o bairro, e unidade de planejamento socioeconômico, que é o distrito, que é subdividida em subdistritos e bairros.

Assim, o macrozoneamento é feito de modo integrado ao planejamento urbano e ambiental, visando a harmonização entre o uso do solo e a conservação do meio ambiente.

As unidades territoriais são divididas em unidades de planejamento político-administrativo, que é o bairro, e unidades de planejamento socioeconômico, que é o distrito, que é subdividida em subdistritos e bairros.

Assim, o macrozoneamento é feito de modo integrado ao planejamento urbano e ambiental, visando a harmonização entre o uso do solo e a conservação do meio ambiente.

2. O MACROZONEAMENTO

2. O MACROZONEAMENTO

Ao analisar a situação físico-territorial e a dinâmica de ocupação do solo do Município de Campo Largo, propõe-se um macrozoneamento, o qual contempla as diversas áreas da cidade, criando condições para que o desenvolvimento ocorra de maneira ordenada e lógica dentro de um perímetro urbano adequado.

A indução do desenvolvimento deve se dar, prioritariamente, nas áreas que dispõem de infra-estrutura já instalada, promovendo e incentivando o uso e a ocupação do solo de maneira ordenada e minimizando os custos de urbanização.

Dentro deste contexto, podemos definir as áreas que desempenham papel fundamental no macrozoneamento, classificando-as, assim, quanto à qualidade e a funcionalidade das áreas urbanizáveis e não urbanizáveis distribuídas na malha urbana.

- Áreas Urbanizáveis - são áreas próprias para o uso urbano, devendo obedecer as disposições do Código Tributário Nacional e a Lei Federal nº 6776/79.
- Áreas Não-Urbanizáveis - são áreas onde existem restrições à expansão e ao uso urbano devido às características físicas adversas à ocupação, sendo estas regulamentadas segundo as mesmas leis supra citadas.

Quanto às áreas urbanizáveis, foram identificadas as seguintes áreas:

2.1 ÁREAS URBANIZÁVEIS

- Áreas de Expansão Urbana – são definidas como sendo as áreas que projetam o crescimento do perímetro urbano, considerando-se novos espaços, o crescimento populacional e os usos diversos que são necessários ao desenvolvimento econômico do município.

Pode-se constatar, através do mapa do macrozoneamento do Município de Campo Largo, que existe vazios urbanos que representam um percentual expressivo de espaços não ocupados na área urbana da sede municipal.

Por outro lado, existe uma pressão de crescimento da ocupação da Sede no sentido do Distrito de Ferraria (direção oeste para leste), bem como de Curitiba no sentido do Distrito de Ferraria, na mesma direção, mas no sentido inverso. Tal situação nos sugere a necessidade de crescimento do perímetro urbano, unificando os perímetros de Ferraria e da Sede, abrangendo áreas que se inserem nas APAs do Rio Verde e do Rio Passaúna.

Ao norte da BR-277 situa-se o Distrito de Bateias, em direção ao qual existe uma mesma pressão de ocupação provinda da Sede, naquele sentido. Esta região possui uma morfologia mais plana e favorável à sua ocupação. Portanto, está sendo recomendada a ampliação do perímetro da Sede até o atual Distrito de Bateias. Finalizando, recomenda-se a diminuição do perímetro urbano e não a sua ampliação. Tal proposta deverá ser discutida dentre as diretrizes físico-territoriais e definidas ações para sua implementação.

- Áreas de Expansão Industrial - São as áreas próximas às indústrias já consolidadas, ao longo da BR-277, que devido a proximidade da rodovia e a existência de infra-estrutura de serviços favorece a instalação de indústrias não poluentes, possuindo um grande percentual de áreas ainda não ocupadas.

Figura 2.1-1: Vista Geral da BR 277



- Áreas de Densificação - São áreas que são propostas para uma primeira fase de ocupação, pois correspondem à região que é dotada de infra-estrutura mais adequada, ou seja, rede de abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública, galerias de águas pluviais e coleta e tratamento de esgotos.

A proposta de zoneamento e uso e ocupação do solo deverá privilegiar estas áreas para o adensamento ocupacional residencial e de comércio.

Nesta área há setores que apresentam diferentes formas de ocupações e de serviços oferecidos. As que se encontram próximo às áreas consolidadas contam com melhor infra-estrutura e as condições das moradias são melhores. Na periferia o serviço urbano oferecido é de menor qualidade e as residências apresentam nível inferior de construção.

- Áreas Consolidadas - são áreas que apresentam densidades de ocupação média a alta, cujas construções apresentam um padrão mais elevado.

Podemos classificar quanto à sua ocupação como:

- a. área consolidada mista de comércio/serviço que situa-se ao longo da Av padre Natal Pigato, onde o uso preferencial é de comércio e serviços, apesar de em menor quantidade existir uso residencial também. Inclui-se nesta classificação as áreas do bairro centro.

Figura 2.1-2: Avenida Padre Natal Pigatto.



- b. área consolidada residencial, que se apresenta definida por construções e não tem problemas de infraestrutura urbana e social. Está representada no espaço urbano dos bairros próximos ao centro, como por exemplo a rua Marechal Deodoro.

Figura 2.1-3: Rua Marechal Deodoro.



- c. área consolidada industrial, basicamente representado pelo bairro industrial, exceto por algumas inclusões isoladas, como a das indústrias Incepa Lorenzetti.

Figura 2.1-4: Sede da indústria Incepa.



- d. Áreas de Renovação Urbana - são áreas que possuem grandes potencialidade de mudança de uso, aonde uma utilização anterior vem cedendo espaço para um novo tipo de atividade, ou ainda, que suas características físico-territoriais são potenciais ou restritivas para a mudança do uso atual.

No macrozoneamento identificam-se duas situações onde se recomenda a renovação urbana:

- a. o incentivo à ampliação de comércio e serviços ao longo da Estrada Mato Grosso, a qual deverá sedimentar-se como futuro eixo principal da estruturação urbana.

Figura 2.1-5: Estrada do Mato Grosso



- b. A definição de áreas de ocupação urbana de baixa densidade em seus bairros.
- c. A eliminação gradativa das invasões já sedimentadas em áreas ao longo da Av. Centenário, o qual é proposta como sendo um novo eixo estrutural do Sistema Viário.

Figura 2.1-6: Vista Geral da Rua Centenário



2.2. ÁREAS NÃO URBANIZÁVEIS

Como premissa básica para se delimitar as áreas com restrição à ocupação foram identificadas as áreas com declividade superior a 30% (Lei Federal nº 6676/79), os fundos de vale, as áreas alagadiças e de formação geológica inadequadas, as quais, embora estejam inseridas no perímetro urbano não poderão ser objeto de parcelamento e de ocupação. Também se inserem nestas condições as áreas com remanescentes importantes de vegetação, que além de sua função de preservação da biodiversidade constituem um importante acervo paisagístico do município. Nas atuais áreas urbanas estes remanescentes florestais são escassos, no entanto, em porções da atual área rural que está sendo proposta como área de expansão urbana, a preservação dos espaços verdes é um condicionante da futura ocupação.

A existência das Áreas de Proteção Ambiental das bacias dos rios Verde e Passaúna condiciona, igualmente, um uso e ocupação do solo diferenciado, isento de riscos de poluição e degradação. A regulamentação da ocupação destas áreas deverá observar

as exigências previstas pelo Governo do Estado do Paraná (COMEC) e, notadamente, à urgente implantação da infra-estrutura de captação e de tratamento de esgotos sanitários das economias que lá, atualmente, já se encontram consolidadas. A preservação da qualidade ambiental passa a ser, nestas áreas, preponderante aos potenciais urbanísticos possíveis.

O zoneamento das áreas que atualmente possuem usos rurais preponderantes e que, no futuro, poderão se constituir em áreas de expansão urbana deverá definir parâmetros restritivos de ocupação.

As áreas não urbanizáveis podem ser classificadas em:

- Áreas de Preservação - estas áreas apresentam diferentes situações. Existem diversos rios, arroios, riachos e fundos de vale que atravessam as áreas dos atuais e dos futuros perímetros urbanos. Grande parte das matas ciliares destes corpos hídricos encontra-se suprimida, tendo sido gradativamente retirada, favorecendo processos erosivos de suas margens e o consequente assoreamento de seus leitos. As propostas de urbanização incluem a criação de parques lineares ao longo destes, tais como, por exemplo, ao longo do Rio Cambuí na Sede do Município.

Figura 2.2-1: Canalização do Rio Cambuí.



- Áreas de Restrição - são as áreas, cujas características topográficas e qualidade de solo favorecem os processos erosivos, sendo inadequadas ao uso urbano. Localizam-se em diversas porções da área urbana e da atual área rural que estão identificadas no mapa de macrozoneamento.

2.3 CONCLUSÕES

O macrozoneamento proposto diferencia as áreas possíveis de urbanização e aquelas que não devem ser ocupadas.

Dentre as áreas já ocupadas identifica-se a necessidade da renovação do uso de certas áreas e a de incentivo à ocupação ordenada de outras.

As propostas principais do plano são decorrentes do resultado desta fase e são, basicamente:

- O zoneamento e Uso do Solo;
- A definição dos Perímetros Urbanos;
- A estruturação do Sistema Viário.

Portanto, a ampla discussão das potencialidades, das restrições e dos conflitos existentes, resultantes deste estudo de Macrozoneamento vão definir a seqüência dos trabalhos e o próprio Plano de Ações a ser implementado.